

PREÇOS
ASSIGNATURAS
SEM ESTAMPILHA
Por um anno 104000
Por seis mezes 56000
Por tres mezes 36000
Avulso por folha 2040
Anuncios, por linha 4060

A correspondencia official da capital de-
vo ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE
LISBOA, na imprensa nacional, aonde igua-
mente se deve remetter, franca de porte, a
correspondencia das provincias, assim co-
mo os periodicos que trocarem com o DIARIO
DE LISBOA.
Anunciam-se todas as publicações lit-
terarias, de que se receberem dois exem-
plares.

Suas Magestades e Suas Altezas passam
sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECCAO GERAL DE ADMINISTRACAO POLITICA

1.ª Repartição

Hei por bem encargar o ministro e secretario
d'estado dos negocios da fazenda, José Maria do
Casal Ribeiro, do expediente do ministerio dos ne-
gocios estrangeiros, em quanto durar o impedimen-
to, por motivo de molestia, do ministro e secreta-
rio d'estado d'esta repartição, o duque da Terceira,
presidente do conselho de ministros.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do
reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço
das Necessidades, em 24 de abril de 1860. — REI.
— Antonio Maria de Pontes Pereira de Mello.

Hei por bem encargar o ministro e secretario
d'estado dos negocios das obras publicas, commer-
cio e industria, Antonio de Serpa Pimentel, do ex-
pediente do ministerio dos negocios da guerra, em
quanto durar o impedimento, por motivo de molestia,
do ministro e secretario d'estado d'esta repartição,
o duque da Terceira, presidente do conselho de
ministros.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do
reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço
das Necessidades, em 24 de abril de 1860. — REI.
— Antonio Maria de Pontes Pereira de Mello.

Repartição de contabilidade

Para os effeitos de que trata o artigo 2.º da carta
de lei de 24 de agosto de 1848, annuncia-se haver
requerido por este ministerio Manuel Pinto o paga-
mento dos vencimentos que se ficaram devendo a
seu filho, o fallecido Joaquim Joaquim Pinto, pro-
fessor, que foi, de ensino simultaneo, na cadeira de
Campêlo, concelho de Baião, districto administra-
tivo de Braga.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTICA

DIRECCAO GERAL DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS

1.ª Repartição

Sua Magestade El-Rei ha por bem, em vista da
informação e parecer do reverendo bispo de La-
meço, resolver que se abra concurso para o pro-
prio da igreja parochial de S. Bartholomeu de
Villarcão, no concelho da Pesequeira; observando-se,
quanto aos actos do concurso, o que se acha deter-
minado na portaria circular de 30 de agosto de
1847 (Diario n.º 205); e pelo que respeita ao prazo
d'elle o que se dispoz na portaria de 26 de fevereiro
de 1849 (Diario n.º 34). O que o mesmo augusto
senhor manda assim participar ao reverendo bispo
de Lameço, para sua intelligencia e mais effeitos
competentes.

Paço das Necessidades, em 19 de abril de 1860.
— João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Már-
tens.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECCAO GERAL DA THESOURARIA

Annuncia-se, em harmonia com as disposições
da carta de lei de 5 de agosto de 1854, haver re-
querido Emilia da Conceição Bayard, na qualidade
de testamenteira e herdeira do remanescente da he-
rança de João Manuel de Aral, o averbamento a
favor da requerente da acção, sem juramento, sobre o
extincto fundo especial de amortização, n.º 1493, do
capital nominal de 1345070 réis, assentada origina-
riamente ao dito João Manuel de Aral; a fim de
que se houver quem se julgue com igual ou melhor
direito o venha deduzir perante a referida direcção
geral da thesouraria, dentro do prazo de sessenta
dias, contados da publicação do presente annuncio,
findo o qual prazo será resolvida a pretensão como
for justo.

Segunda repartição da direcção geral da theso-
raria, em 24 de abril de 1860. — Francisco Antonio
Pereira Magalhães.

DIRECCAO GERAL DOS PROPRIOS NACIONALES

VENDA DE FOROS, CENSOS E PENSÕES

NA POSSE E ADMINISTRACAO DA FAZENDA NACIONAL

NA CONFORMIDADE DOS DECRETOS

DE 30 DE AGOSTO E 21 DE OUTUBRO DE 1852,

DECLARADO PELA CARTA DE LEI DE 9 DE MAIO DE 1857,

COM APLICACAO AO CAMINHO DE FERRO DO NORTE

Em cumprimento dos referidos decretos e carta
de lei se annuncia, que vão andar em praça os fó-
ros constantes da seguinte lista, para se proceder
à sua arrematação, no dia abaixo designado, pelo
maior lance que se offerecer, devendo o seu paga-
mento verificar-se nos cofres respectivos, dentro de
30 dias, pela forma seguinte: uma quarta parte em
moeda metalica, e tres quartas partes em titulos de
divida fundada interna ou externa, pelo seu valor
nominal; sendo porém livre aos arrematantes paga-
em prestações, e nas mesmas especies de moeda,
entregando a primeira terça parte dentro do mesmo
prazo, e accitando letras pelas restantes, a um, dois
e tres annos, com o juro annual de 5 por cento; fican-
do os mesmos arrematantes, no caso de falta, res-
ponsaveis pelo prejuizo que resultar à fazenda na-
cional da nova praça, a que os fóros serão levados,
bem como inibidos de lançar n'elles; tudo em con-
formidade com a respectiva legislação, cuja obser-
vancia foi suscitada pela portaria do ministerio da
fazenda de 21 de agosto de 1857, e mais disposi-
ções posteriores.

Lista 1703

ARREMATACAO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL

DO DISTRICTO ABAIXO DECLARADO

NO DIA 2 DE JUNHO DE 1860

Fóros incorporados na fazenda nacional

que voltam à praça pela 2.ª forma do artigo 11.º

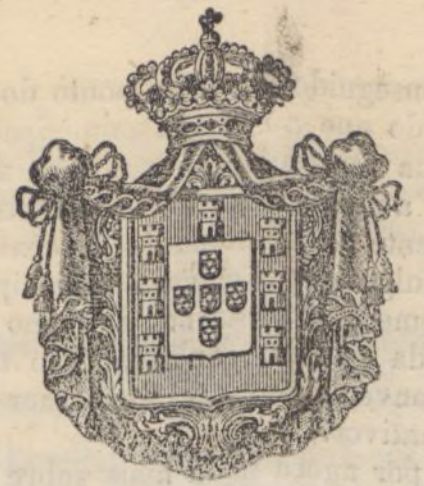
do decreto de 21 de outubro de 1852

DISTRICTO DE COIMBRA

CONCELHO DE COIMBRA

Inventário n.º 123

26669 Fôro de 7500 réis, imposto em umas ca-
sas á portagem da cidade de Coimbra, que partem
do nascente com rua publica, e do norte com Al-



DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

PREÇOS
ASSIGNATURAS
COM ESTAMPILHA
Por um anno 124000
Por seis mezes 66000
Por tres mezes 36000
Comunicados e correspondencias,
por linha 4060

A correspondencia das provincias, assim
a official como a particular, ou seja para
realizar assignaturas da folha, ou para a
publicação de editaes, annuncios ou com-
municados, deve vir acompanhada da im-
portancia das assignaturas ou do preço das
publicações pedidas, sem o que não se lhe
dá destino. Os annuncios serão dirigidos
à loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua
Augusta n.º 224 e 226.

vario de Moraes. Emphyteuta José Fortunato Ra-
poso, de Monte-mór o Velho—1125500.

Inventário n.º 126
26670 Fôro de tres maquinas de pão, imposto em
duas agulhadas de terra, no casal das Tasneiras,
termo de Coimbra, que partem do nascente com o
bacharel Luiz Antonio. Emphyteuta José Correia—
15052.

26671 Fôro de tres maquinas e tres quartas de
pão, imposto em duas agulhadas e meia de terra,
no casal do Bajoco, termo de Coimbra, que partem
do nascente com o doutor José Vieira de Campos.
Emphyteutas os herdeiros de Bernardo Maravilha
—15332.

26672 Fôro de nove maquinas de pão, imposto
em seis agulhadas de terra, no casal do Bajoco,
termo de Coimbra, que partem do poente com o
doutor José Vieira de Campos. Emphyteuta D. Ma-
ria Victoria Vieira de Campos—35172.

26673 Fôro de tres maquinas de pão, imposto em
duas agulhadas de terra, no casal do Bajoco, ter-
mo de Coimbra, que partem do nascente com Ma-
rianna Molha. Emphyteuta Joaquim Carramanno—
15052.

26674 Fôro de nove maquinas de pão, imposto
em seis agulhadas de terra, no casal do Bajoco,
termo de Coimbra, que partem do nascente com o
doutor José Vieira de Campos. Emphyteuta Maria
Guelria—35172.

26675 Fôro de seis maquinas de pão, imposto em
quatro agulhadas de terra, no casal do Bajoco,
termo de Coimbra, que partem do nascente com
Francisco Rodrigues Carramanno. Emphyteuta Joa-
quim Ferreira Fresco—25120.

26676 Fôro de sete maquinas e meia de pão, im-
posto em cinco agulhadas de terra, no casal do Ba-

joco, termo de Coimbra, que partem do nascente
com Manuel Duarte Argana. Emphyteuta Joaquim
Carramanno—25652.

26677 Fôro de maquina e meia de pão, imposto
em uma agulhada de terra, no casal do Bajoco,
termo de Coimbra, que parte do nascente com Ma-
rianna Molha. Emphyteuta José Teixeira Casalei-
ro—532.

26678 Fôro de seis maquinas de pão, imposto em
quatro agulhadas de terra, nos casais do Bajoco e
Pequeno, termo de Coimbra, que partem do nas-
cente com terra de Santa Clara. Emphyteutas os
herdeiros do fidalgo do Sardoal—25120.

26679 Fôro de quatro maquinas e meia de pão,
imposto em tres agulhadas de terra, no casal da
Tasneira de Baixo, termo de Coimbra, que partem
do nascente com Manuel Alves de Magalhães. Em-
phyteuta Josepha Cavalha—15000.

26680 Fôro de seis maquinas de pão, imposto em
quatro agulhadas de terra, no casal da Tasneira de
Baixo, termo de Coimbra, que partem do nascente
com Antonio Pereira. Emphyteuta Manuel Alves
de Magalhães e Araujo, de Braga—25120.

26681 Fôro de quatro maquinas e meia de pão,
imposto em tres agulhadas e oito dezimas de terra,
no casal das Tasneiras, termo de Coimbra, que par-
tem do nascente com José de Freitas Cavalleiro.
Emphyteuta Antonio Simões Forno—15000.

26682 Fôro de sete maquinas e meia de pão, im-
posto em cinco agulhadas de terra, no casal das
Tasneiras, termo de Coimbra, que partem do nas-

cente com Bento Monteiro Coelho. Emphyteutas
Joaquim Arede, e os filhos de Francisco Aleixo—
25652.

26684 Fôro de seis maquinas de pão, imposto em
quatro agulhadas de terra, no casal das Tasneiras,
termo de Coimbra, que partem do nascente com a
misericórdia de Coimbra. Emphyteuta José de Oli-
veira Flores—25120.

26685 Fôro de quatro maquinas e meia de pão,
imposto em tres agulhadas de terra, no casal das
Tasneiras, termo de Coimbra, que partem do nas-
cente com Josepha Coelho, viúva. Emphyteuta Ma-
nuel Duarte da Orveira—15000.

26686 Fôro de tres maquinas e tres quartos de
pão, imposto em duas agulhadas e meia de terra,
no casal das Tasneiras, termo de Coimbra, que
partem do nascente com José de Oliveira Flores.
Emphyteuta José Teixeira Casaleiro—15332.

Inventário n.º 106

26687 Fôro de nove dezeseis avos de uma gal-
linha, imposto em um olival, nos Oitavos de Lor-
demão, termo de Coimbra, que parte do nascente
com Maria da Cunha. Emphyteutas os herdeiros do
doutor João da Rocha d'Antas—906.

26688 Fôro de tres oitavos de uma gallinha, im-
posto em um olival e terra, nos Oitavos de Lor-
demão, termo de Coimbra, que parte do nascente
com o padre Paulo da Cruz. Emphyteuta Alexan-
dre da Fonseca e Silva—600.

Somma R. 146586

Declara-se que os fóros estão todos reduzidos, e
que o laudemio é de quarentena conforme a lei.

Primeira repartição da direcção geral dos pro-
prios nacionaes, 21 de abril de 1860. — Antonio
Joaquim da Silva.

Relação n.º 910, com referencia ao districto de Lisboa, dos titulos de renda vitalicia que se remetem pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de serem entregues ás interessadas, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que têm de ser pagos pelo respectivo cofre central

NUMEROS DOS TITULOS		REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECÇÃO					OBSERVAÇÕES	
DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO	NOMES DAS AGRAÇIADAS	CLASSES INACTIVAS A QUE CLAMAM PERTENCENDO	VENCIMENTO LIQUIDO A QUE TÊM DIREITO		
						ANNUAL		MEZUAL
11829	—	Pensões	38	Balbina do Cabo Conti	Pens.ª de consideração	32850	25737	Começa o abono em 28 de março ultimo.
	11830	"	"	Emilia Paulina Leitão (D.)	Pens.ª de monte pio	90500	75500	Idem em 1 de dezembro de 1859.
11831	—	"	"	Lucia Mathilde de Loureiro Krusse (D.)	Pens.ª de consideração	162500	135500	Idem em 4 do corrente mez.

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 21 de abril de 1860. — Alexandre José da Silva e Almeida.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

DIRECCAO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição de agricultura

ALFANDEGA MUNICIPAL DE LISBOA

Mappa do movimento dos cereaes, e seus preços, em abril de 1860, no dia abaixo designado

	TRIGO		CEVADA		MILHO		CENTEIO		FARINHA	
	Moios	Alq.	Moios	Alq.	Moios	Alq.	Moios	Alq.	Moios	Alq.
Entrada, nacionaes	31	53	—	—	—	—	—	—	—	—
Idem, estrangeiros	127	40	—	—	—	—	—	—	—	—
Saída, nacionaes	30	50	—	—	247	43	—	—	7	27
Idem, estrangeiros	254	—	10	—	8	—	19	—	—	—
Existencia	20240	19	785	11	925	52	712	43	475	3
Preços	620 a 780		360 a 420		400 a 480		420 a 440		—	

Repartição de agricultura, em 24 de abril de 1860. — Rodrigo de Moraes Soares.

Repartição do commercio e industria

1.ª Secção

Nota dos preços correntes dos fundos publicos da praça de Londres, em 16 de abril de 1860

Consolidados (em dinheiro) 94 1/2 a 94 3/4

Fundos da India (em conta) 94 3/4 a 94 3/4

FUNDOS ESTRANGEIROS

Austriacos de 5 por cento — a —

Belgas de 2 1/2 97 a 99

Brazileiros de 1852 89 a 91

Chilenos de 5 por cento 104 a 106

Dinamarquezes de 3 71 a 73

Allemaes de 4 1/2 86 a 87 1/4

Mexicanos de 2 1/2 65 1/2 a 66 1/2

Peruvianos de 4 99 a 101

Russos de 3 1/2 91 a 92

Sardos de 3 64 a 64 1/4

Hespanhoes de 4 1/2 96 a 98

Turcos de 5 107 a 109

Passiva de 3 82 a 84

certificados de 4 1/2 47 a 47 1/4

interna, de 3 por cento de 14 1/2 a 14 3/4

Turcos de 6 por cento 76 a 76 1/2

de 4 101 a 101 1/2

de 1853, de 3 61 1/4 a 61 1/2

Portuguezes de 1856-1857-1859 43 a 44

Novo emprestimo brasileiro de 4 1/2 por cento — 1/4 des. — 1/4 premio.

Está conforme. — Repartição do commercio e industria, em 23 de abril de 1860. — João Palha de Faria Lacerda.

SECRETARIA DA CAMARA DOS DIGNOS PARES DO REINO

A proxima sessão terá lugar amanhã 25 do cor-
rente, sendo a primeira parte da ordem do dia a
interpellação do digno par visconde de Fonte Ar-
cada, e na segunda parte a continuação da discus-
são do parecer n.º 8 sobre o projecto de lei n.º 9.
Secretaria da camara dos dignos pares do reino,
em 24 de abril de 1860. — Diogo Augusto de Castro
Constancio.

TRIBUNAL DE CONTAS

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de
João de Mello Freitas, como thesourero, que foi, da al-
fandega de Aveiro, desde o 1.º de setembro de 1852 até
31 de julho de 1855, se proferiu no tribunal de contas
o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas:
visto o presente processo de ajustamento da conta
da responsabilidade de João de Mello e Freitas, na
qualidade de thesourero, que foi, da alfandega de

casa da misericórdia, dos enfermos do hospital real
de S. José, e do asylo de mendicidade, na confor-
midade das ordens regias, expedidas pela secreta-
ria d'estado dos negocios do reino, em decreto de
7 de março de 1860.

PREMIOS

1 de	40:000\$000	40:000\$000
1 de	12:000\$000	12:000\$000
1 de	4:000\$000	4:000\$000
1 de	2:000\$000	2:000\$000
3 de	1:000\$000	3:000\$000
4 de	500\$000	2:000\$000
4 de	400\$000	1:600\$000
8 de	300\$000	2:400\$000
20 de	200\$000	4:000\$000
60 de	100\$000	6:000\$000
2:100 de	15\$000	33:600\$000
1 ao n.º que se extrahir depois de tirados os mais premios		280\$000

2:204 premios

8:296 brancos

10:500 bilhetes que a 12\$000 réis importam em 126:000\$000 réis, dos quaes extrahidos os doze por cento de beneficio, é o total dos premios distribuidos réis. 110:880\$000

Dos premios acima se descontará no acto do paga-
mento o imposto de 5 por cento, estabelecido na
carta de lei de 10 de julho de 1843.

Os bilhetes vão assignados de chancella por um
dos adjuntos da administração da mesma santa casa
e pelo thesourero geral.

A venda terá lugar no dia 28 de abril do corrente
anno, desde as 9 horas da manhã até á uma da tar-
de, e far-se-ha pelo methodo estabelecido nos refe-
ridos decretos de 30 de dezembro de 1858, e 23 de
março de 1859.

Para este effeito todo e qualquer individuo, repa-
rtição publica, estabelecimento ou corporação, que
pretender comprar um ou mais bilhetes da loteria,
deverá no dia em que este plano for publicado no
Diario de Lisboa, e nos dois seguintes, solicitar em
qualquer das administrações de bairro d'esta cidade
senhas para o numero de bilhetes que desejar, e só-
mente as pessoas munidas com as referidas senhas
serão admitidas na casa da venda dos bilhetes no
dia e ás horas acima designadas, conforme for de-
clarado nas respectivas senhas. Aquellas que não
comparecerem no dia designado na respectiva sen-
ha, e dentro da hora marcada, perderão o direito
aos bilhetes, conforme o determinado no artigo 5.º
do decreto de 30 de dezembro de 1858.

A extracção terá lugar no dia 19 de maio proxi-
mo futuro, sendo precedida, na forma do estylo,
da entrada das espheras nas rodas, que se fará em
acto publico no dia da extracção ás nove horas da
manhã. Finda a extracção se fará em acto succes-
sivo, e tambem em publico, a conferencia dos nu-
meros extrahidos, e dos respectivos premios.

Para a extracção da loteria entrarão em uma das
rodas todas as espheras que representam os nume-
ros, e na outra sómente as que designam os premios,
com exclusão das espheras brancas; sendo os pre-
mios minimos indicados com a letra — M — nas
espheras que houverem de os representar, a fim de
poder servir a mesma collecção em todas as loterias.

Em virtude das disposições da portaria de 23 de
março de 1854, extensiva á presente loteria, nos
termos do referido decreto, que a autorisou, pres-
creverão a favor dos expostos d'esta corte os pre-
mios que não forem exigidos no prazo de 5 annos,
contados do dia em que findar a extracção.

ADMINISTRACAO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

Pela administração central do correio de Lisboa
se faz publico que saíro, a 29 do corrente, para S.
Thiago de Cabo Verde, S. Thomé, Ambriz, Loan-
da, Benguela e Mossamedes, o vapor D. Pedro; a
30, para S. Miguel, o patacho Fafel; e para o Rio
de Janeiro, a barca Alexandre Herculan.

A correspondencia será lançada na caixa geral
até aos referidos dias, e na da estação postal do Ter-
reiro do Paço meia hora antes da que ali for annun-
ciada para a mala ser levada a bordo.

Administração central do correio de Lisboa, 24
de abril de 1860. — O administrador, Luiz José
Botelho Seabra.

ADMINISTRACAO CENTRAL DO CORREIO DE BEJA

Mappa do movimento geral das correspondencias entradas na administração central do correio de Beja, no mez de março de 1860

	SELLADAS		NÃO SELLADAS		REGISTADAS	
	CARTAS	JORNALS E IMPRESSOS	CARTAS	JORNALS E IMPRESSOS	DE OFFICIO	PARTICU- LARES
.....	—	—	—	—	—	—
.....	2:506	1:756	87	16	1:110	4
.....	—	—	19	—	—	—
.....	—	—	2	6	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—	—	—	—
.....	—	—	—</			

CONSELHO DE SAUDE NAVAL E DO ULTRAMAR

Abre-se concurso por tres mezes, perante o mesmo conselho, a contar da publicação d'este aviso, para o provimento do lugar de cirurgião-mór de Macau, em conformidade com o disposto no decreto de 11 de dezembro de 1851. Os facultativos que o entenderem podem apresentar no hospital da marinha os seus requerimentos devidamente documentados.

Hospital da marinha, 30 de janeiro de 1860.—*Dr. Manuel Maria Rodrigues de Bastos*, presidente do conselho de saúde naval e do ultramar.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

Não tendo sido aceito o ultimo longo offerecido em praça no dia 17 do corrente, pelo transporte das madeiras cortadas na matta do Bouro, para o serviço do arsenal da marinha, desde a referida matta até ao embarque no Carregado, de novo se ha de abrir arrematação no dia 1 de maio futuro, pelo meio dia, na sala das sessões do conselho de administração de marinha, para o transporte das ditas madeiras.

No dia 3 de maio futuro, pelo meio dia, ha de o mesmo conselho por de novo em arrematação, na sala das suas sessões, a venda de uma porção de cabos julgados inúteis para o serviço do arsenal.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 21 de abril de 1860.—O secretario, *Antonio Joaquim de Castro Gonçalves*.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 24 DE ABRIL

PRESIDENCIA DO EX. MO SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

À meia hora da tarde verifica-se, pela chamada, estarem presentes 77 srs. deputados.

O sr. Presidente:—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.º Do sr. Arribas, de que não compareceu ás sessões de 21 e 23 por motivo justificado.—Inteirada.

2.º Do sr. Bivar, de que faltou ás sessões desde o dia 22 por motivo justificado.—Inteirada.

3.º Do sr. Francisco Costa, de que faltou ás duas ultimas sessões por incommodo de saúde.—Inteirada.

4.º Do sr. Carlos Bento, de que o sr. Sousa Pinto Basto, por motivos justificados, tem deixado de comparecer na camara, e pelos mesmos motivos tem de deixar de o fazer por alguns dias mais.—Inteirada.

5.º Do sr. Henriques Secco, de que por motivo justificado deixou de comparecer ás sessões antecedentes.—Inteirada.

6.º Do sr. Lobo d'Ávila, de que tem faltado a algumas sessões por incommodo de saúde.—Inteirada.

EXPEDIENTE

1.º Uma representação da camara municipal de Alívio, pedindo a approvação do contrato para a continuação do caminho de ferro do sul até Évora e Beja, com a bifurcação mencionada no mesmo contrato.—A camara municipal de obras publicas.

2.º Da camara municipal de Ourique, no mesmo sentido que a antecedente.—A mesma camara.

Dá-se expediente pela mesa aos seguintes requerimentos:

1.º Requeiro que as representações dos habitantes da freguesia do Milharado, concelho de Macra, e das freguesias de Elnhães e Loures, concelho dos Oliveira, que se acham na illustre commissão de obras publicas, pedindo que a directriz da estrada de Lisboa a Torres Vedras seja antes pelo leito da antiga estrada, do que por qualquer outra directriz, por inconveniente de menos facil construção e mais dispendiosa, sejam remetidas ao sr. ministro das obras publicas, para serem tomadas na devida consideração quando se tratar de fazer a definitiva escolha da directriz mais appropriada.—*A. D. de Azevedo*.

Para a secretaria, para ter o competente destino.

2.º Pego que a mesa requirida da secretaria da camara, uma representação que na sessão passada foi feita pelos habitantes de Ilgares, no concelho de Freixo, para ser enviada á commissão de estatística, para esta dar o seu parecer.

Sala das sessões, 23 de abril de 1860.—*Antonio Joaquim Ferreira Pontes*.

3.º Requeiro que sejam remetidas á commissão de estatística, todas as representações dos extinctos concelhos no districto administrativo de Coimbra.—*F. L. Gavião*.

São remetidas ao governo.

Manda-se communicar ao sr. ministro das obras publicas a seguinte nota de interpellação:

«Desejo interpellar o sr. ministro do commercio e industria, sobre a nova phase que está tomando o tratado entre a Inglaterra e a França, com relação á nossa agricultura e ao nosso commercio.—23 de abril de 1860.—*Affonso*».

O sr. Visconde de Pindella:—pode á commissão de obras publicas haja de apresentar o seu parecer sobre o contrato Langlois. Como vê presente o seu illustre amigo, o sr. Mousinho de Albuquerque, e sabendo que é o relator d'este projecto, pede a s. ex.ª a bondade de não levar a mal estas suas reflexões; mas permittir-lhe-ha que estranhe que tendo s. ex.ª apresentado na camara diferentes pareceres de muito menos importancia do que este, s. ex.ª que tanto zelo tem sempre pelas causas publicas, ainda não apresentasse o parecer sobre o contrato a que se refere.

O sr. Mousinho de Albuquerque:—em resposta ao sr. visconde de Pindella, diz que o negocio, sobre o qual se dignou interpellar, não depende sómente da commissão de obras publicas, e está affecto tambem á de fazenda. O contrato Langlois foi apresentado ás commissões reunidas ao mesmo tempo que os dois de caminhos de ferro; e o contrato de estradas foi-lhe distribuido, como muito bem disse o sr. deputado. Já deu parte ao presidente das commissões reunidas que estava prompto o seu projecto de relatorio, e que s. ex.ª podia quando quizesse convocar as commissões. S. ex.ª respondeu-lhe que era seu systema não reunir as commissões sem convite do ministro. É por tanto ao sr. ministro de obras publicas que o sr. deputado pôde dirigir-se para obter uma resposta satisfactoria, e só diz que tanto quanto o permite a sua posição de relator, elle se associa ao seu collega para recomendar ao ministro a urgencia de se tratar d'este negocio, que reputa da maior utilidade para o paiz.

O sr. Blanc (Viriato):—manda para a mesa uma representação das religiosas dos mosteiros de Lisboa, em que, protestando contra a idéa da desamortização dos bens dos conventos, emitida pelo sr. ministro da fazenda em seu relatorio, pedem que esta camara rejeite qualquer projecto que para este fim venha a ser apresentado, e insistem pela liberdade da profissão religiosa.

O sr. Lopes Branco:—manda para a mesa dois requerimentos, pedindo esclarecimentos ao governo.

O sr. Coelho de Carvalho:—desajava chamar a

attenção da commissão de obras publicas sobre o assumpto em que fallou o sr. visconde de Pindella, mas tendo sido precedido pelo illustre deputado, cede da palavra; mas se a commissão não tomar em attenção as considerações que apresentou aquelle illustre deputado, elle não largará este assumpto de mão.

O sr. Castro Ferrerri:—tem em seu poder um requerimento de uma senhora viúva de um major, que pede se lhe dê o seu monte pio por inteiro. Antes de a enviar para a mesa, pede se lhe permita dizer algumas palavras porque elle merece toda a sua sympathia, porque o considera de toda a equidade e mesmo da mais rigorosa justiça.

Em 1790 creou-se o monte pio militar, concedendo-se ás viúvas dos officiaes a metade dos soldos dos seus maridos; isto foi em uma epocha em que as necessidades eram outras, o modo de viver differente, e os generos alimentícios mais baratos.

Em 1814 alteraram-se os vencimentos dos officiaes em seu favor, porém as desgraçadas viúvas continuaram a ter o mesmo soldo de 1790, isto é, da tarifa menos favorecida. Em 1835 o immortal D. Pedro, de saudosissima memoria, conhecendo que o soldo dos officiaes ainda não estava em harmonia com as necessidades da epocha, e com grande desigualdade nos officios dos exercitos dos outros paizes, que augmentaram os soldos dos officiaes em todas as classes, porém attendendo ao grave estado das cousas, limitou-se a decretar n'aquella epocha o augmento nos soldos dos alferes e tenentes, por serem os de maior numero, e que tinham vencimentos mais limitados, reservando-se para adiante estender aquelle justo beneficio a todos em geral. Ainda assim as infelizes viúvas não partilharam aquella vantagem, e o seu monte pio continuou a regular-se pela celebre tarifa de setenta annos passados; mais tarde, julgando-se que ainda era muito o meio soldo de 1790, decretou-se que teriam 25 por cento; para exemplificar diz, que a viúva de um capitão apenas recebe 5600 réis mensaes, ou menos, deduzida a respectiva quota. É verdade que houve uma epocha em que nada se lhes dava, apesar do rigoroso direito que lhes assistia; porém em vez de se lhes pagar o que de justiça se lhes devia, deu-se-lhes apenas 25 por cento.

O exercito, depois de tantas fadigas e tanto progresso proclamado, foi successivamente perdendo em consideração, seus vencimentos foram carregados com decimas e reduzidos á tarifa de 1790, e portanto anniquilados os beneficios de 1814 e 1832.

Todos gritam contra o exercito, isto é, contra a despeza que faz o exercito; porém o que observa é que não temos exercito, e que o paiz vai perdendo em consideração dentro e fóra pelo abandono em que temos as nossas cousas militares. Observa que não tendo nem exercito, nem praças, nem arsenaes, as finanças não estão em melhor estado, e que a nossa divida interna e externa vai crescendo em uma escala ascendente. Vamos a ver o que acontece lá fóra. A França no primeiro imperio elevou os seus exercitos, conquistou quasi toda a Europa, engrandecceu-se e elevou-se, e, apesar de tantos sacrificios, em 1814 as suas finanças estavam em melhor estado que antes do imperio. No segundo imperio aconteceu o mesmo; as suas bandeiras tremularam na Criméa, e ultimamente sobre o Tisino e o Adige, e o seu estado de credito é cada vez mais florescente. A Inglaterra, com grandes exercitos e marinha, faz arvorar a sua bandeira na Persia, no Japão, na India e na China, enfim em toda a parte, e o seu estado é o mais prospero possível. Mas não falla nas grandes nações; veja-se o que acontece na Belgica, que tem analogia com o nosso paiz pela sua grandeza e população; tem um bello exercito, bem disciplinado, armado e equipados; tem boas praças de guerra, arsenaes bem providos, etc. A Hespanha regenerou-se logo que Narvaez organizou o seu exercito, e agora se ensoberbece com razão das suas victorias na Africa, arvorando a sua bandeira em Tetuão, e retoma o seu lugar nas nações de primeira ordem, da qual ia desaparecendo pelo abandono das suas forcas militares. De que serve a grande somma votada no orçamento? Nós pagamos as revoluções, e passados annos recompensamos os que as motivaram; de sorte que a verba que deve ser applicada para o exercito é applicada para pagar indemnizações de postos e reformas. O exercito d'esta forma vai-se definhando, nós perdendo de importancia, e por isso já as nossas possessões do ultramar não são questionadas por holandeses, francezes e inglezes, porém são pelos proprios pretos, que já aspiram á possessão de Angola. A palavra favorita de equilibrio europeu pôde ser-nos fatal, assim é urgente attender á nossa propria defeza, e ao decoreo do paiz.

Termina enviando o requerimento para a mesa, e pedindo que seja remetido á commissão de fazenda para que este attenda a tão justa reclamação da supplicante e das mais viúvas que se acham nas mesmas circumstancias, porque não é um beneficio que se lhe faz, mas um acto de pura justiça.

O sr. Francisco Costa:—Ha alguns dias teve a honra de apresentar á camara uma proposta para se recomendar ao governo que mande proceder aos estudos de uma estrada entre a villa de Ovar, e a de Oliveira de Azemeis. Esta proposta, que julga de summa importancia para os dois concelhos, foi remetida á commissão de obras publicas, a qual ainda não den sobre ella o seu parecer, talvez por ter de tratar de objectos de não menor importancia; mas isto não o inibe de aproveitar a occasião para chamar sobre este assumpto a attenção da mesma commissão, para que ella se sirva decidir com o mesmo zelo que tem empregado em negocios semelhantes.

Agora diria ainda que, constando á camara municipal de Ovar a iniciativa que sobre o objecto de que acabava de tratar, havia tomado, resolveu dirigir á camara dos srs. deputados uma representação pedindo-lhe que vote os meios precisos para a construção d'aquella estrada, e offerecendo-se a concorrer com o serviço de mil dias de juntas de bois e carros, e dois mil dias de trabalho braçal dentro do seu concelho.

Crê que este auxilio offerecido é de valia, e que deve ser tido em consideração pela camara e pelo governo, quando attender, como espera, áquella representação, na qual se acham expendidas algumas das razões já por elle apresentadas, e outras não menos solidas e exactas, se se considerar que as duas villas de Ovar e de Oliveira de Azemeis são as mais importantes do districto de Aveiro, não só pela sua população e commercio, como pela sua posição geographica, industria e agricultura; ao passo que actualmente os generos de sua produção reciproca são trocados com menores lucros, e em fim em piores condições tendo de atravessar caminhos quasi intransitaveis, e não pouco perigosos, sobretudo no inverno, como teve ultimamente occasião de observar quando esteve em Ovar. Vê-se por isto que a permutação entre aquelles povos se torna dispendiosa e difficil, e que por consequencia é muito conveniente remover estas difficuldades e prejuizos, o que só com uma boa estrada se poderá conseguir.

De que servirá passar a linha ferrea do norte em Ovar, se se não der aos concelhos limitrophes uma viação facil e segura?

Todos entendem, que quando se trata de construir caminhos de ferro, se deve facilitar a maior e a mais rapida concorrencia a elles, para que, assim a cifra do seu rendimento cresça e seja augmentada. Este fim, que em todos os paizes é promovido, será conseguido n'aquelle ponto do reino com a realisação do que a camara municipal de Ovar solicita na sua representação que tem a honra de mandar para a mesa, a fim de ter o destino que for mais conducente a ser attendida favoravelmente.

Tambem julga que a camara municipal de Oliveira de Azemeis, interessando-se como espera na construção da estrada requerida, não tardará em representar convenientemente, e offerecer alguns auxilios ou donativos.

Não dizia por agora nada mais sobre este negocio, que promette não abandonar nem perder de vista, porque se interessa vivamente pelo florescimento e civilização do circulo que tem a honra de representar na camara, e pelo bem estar dos seus constituintes.

O sr. Affonso Botelho:—pede a palavra para mandar para a mesa um requerimento sobre negocio de grande interesse publico. Deseja pedir á camara a reimpressão de dois projectos de lei que apresentou na sessão de 1853, cuja iniciativa tomou novamente, e que hoje se acham na commissão de vias. Não recommenda a sua reimpressão senão debaixo do ponto de vista da camara se preparar com todos os estudos precisos para a questão que o sr. ministro das obras publicas annunciar proxima a discutir-se; é uma questão sobre um dos ramos mais importantes da nossa riqueza, tal é a questão da reforma da legislação vinhateira do Douro.

Parece-lhe que na epocha a que estamos chegados, em que um grande horizonte se abre a esta vasta riqueza do nosso paiz, é preciso toda a circumspecção, todos os preparativos para se entrar na questão, sem que uma decisão seja surpreendida e de modo que venha a comprometter a riqueza de muitas familias: é por isso que pede a reimpressão d'aquelles projectos, não para os inculcar, mas porque contém razões que infallivelmente tem de ser attendidas, quando a grave questão se tratar.

Por esta occasião fallaria sobre um objecto conexo com a mesma materia, e que aqui foi tratado ha dias pelo seu illustre amigo o sr. Gavião, relativamente a providencias sobre enxofre. Estas providencias na actualidade são extemporaneas; o objecto principal d'ellas está preenchido com uma providencia que a antiga companhia den, publicando no Douro que ella forneceria o adiantamento de enxofre a todos os lavradores que o pertendessem.

O sr. Presidente:—chama a attenção da camara para prevenir os srs. deputados de que, segundo a deliberação da camara, amanhã ás onze e meia horas deve começar a chamada, e não havendo numero ao meio dia para a camara funcionar, não ha sessão (apoiados).

ORDEM DO DIA

CONTINUA A DISCUSSÃO DO PROJECTO N.º 21

O sr. Presidente:—hontem tinham-se discutido os artigos 8.º, 9.º e 10.º. A camara votou sobre o artigo 8.º, que foi approvedo até á primeira parte do § unico; não houve porém vencimento na segunda parte, que diz: «e das decisões da junta para o conselho d'estado, sem suspensão.» Os dois artigos 9.º e 10.º foram approvedos. É esta parte do § unico do artigo 8.º que se vai votar agora, e ha um additamento do sr. Abranches que não fica prejudicado com a decisão que a camara tomar.

É approveda a segunda parte do § unico do artigo 8.º, e em seguida o additamento do sr. Abranches.

Entra em discussão o artigo 11.º

O sr. Mello Soares:—entendo que o artigo como está não pôde passar, porque não traz senão confusão, sem resultado algum pratico. Não ha jurisconsulto algum que considere a promessa de venda como venda, e por este artigo vai levantar-se uma novidade para o effeito tributario, que não está no principio nem na letra de lei alguma; entende portanto que é necessario o eliminar o artigo, ou dar-lhe nova redacção que nos leve a bom caminho. Talvez o melhor expediente fosse eliminar o artigo, mas se a commissão insistir em que elle fique, e a camara assim o resolver, manda para a mesa uma proposta; declarando que se ella não for aceita, não tem por isso grande pena, porque entende que o melhor era eliminar o artigo.

Aproveita a occasião para acrescentar ao projecto algumas disposições contidas na proposta do governo.

Sem duvida a execução d'esta lei fica dependente de disposições contidas na lei de 12 de dezembro de 1844, mas essa lei trata de objectos mais restrictos do que esta que abrange outras especialidades, e por isso entende conveniente consignar no projecto que se discute o artigo 13.º da proposta do governo, para evitar duvidas que se podem suscitarem depois na execução d'esta lei.

Acha tambem que o artigo 15.º da proposta do governo a respeito das autoridades encarregadas da execução d'esta lei, é mais claro do que a disposição do projecto da commissão, e n'estes assumptos quer antes uma cousa certa, ainda que não seja a melhor, do que deixar arbitrio ao governo. Neste sentido propõe para que sejam inseridas no projecto as disposições dos artigos 13.º, 14.º e 15.º da proposta do governo.

Ha tambem a disposição do artigo 14.º, que elle parece chegar melhor ao seu fim do que as contidas no artigo 12.º do projecto da commissão.

Entendendo pois que a lei fica melhor comprehendendo os artigos 13.º, 14.º e 15.º da proposta do governo, manda para a mesa as seguintes propostas:

1.º As promessas de venda accitas, são consideradas como venda efectiva para os effeitos d'esta lei, logo que a tradição da causa, objecto da estipulação, seja entregue e esteja no uso do accitante.—*Mello Soares*.

2.º Proponho que no projecto se incluam os artigos 13.º, 14.º, 15.º e 16.º da proposta do governo.—*Mello Soares*.

São admittidas á discussão.

O sr. Presidente:—por em quanto fica só em discussão a proposta relativa ao artigo 11.º; a outra fica reservada para quando se tratar do artigo 12.º

O sr. Araújo (sobre a ordem):—deseja fazer uma pergunta ao governo sobre um negocio urgente. Tem noticia do que em Beja houve uma desordem entre paisanos e soldados de caçadores 8, em resultado da qual, fóra morto um soldado; consta-lhe que depois os soldados se têm insubordinado e andado a provocar o povo, e como d'aqui pôde resultar o transtorno da ordem publica, pede que o governo declare se tem noticia d'este facto, e se tem tomado ácerca d'elle algumas providencias.

O sr. Presidente:—este assumpto é impertinente quando se está discutindo a ordem do dia, mas dá a palavra ao sr. ministro da fazenda, visto que a pediu.

O sr. Ministro da fazenda (Casal Ribeiro):—declara, que não sendo assumpto que pertença á sua repartição, não tem d'elle conhecimento algum.

O sr. Rojo:—entende que o artigo 11.º do projecto é absurdo, porque vai tributar direitos que não existem, e é irrisorio porque passando o artigo como está, os contribuintes terão cuidado de occultar o negocio de modo que o governo não possa saber se houve ou não promessa, por consequencia manda para a mesa a seguinte proposta: «Propoção a eliminação do artigo 11.º».—*Rojo*.

É admittida á discussão.

O sr. Moraes Carvalho:—concorda com as idéas

do sr. Mello Soares a respeito do artigo 11.º. As promessas de venda, com quanto possam ser consideradas um contrato, do qual resultem direitos e obrigações, e até certo ponto possam dar causa a uma acção para indemnização de prejuizos por falta de execução, contudo não é um contrato que possa constituir transmissão de propriedade, por isso não julga justo sujeitar os individuos que fazem taes promessas de contrato ao pagamento do direito de registro, e até supõe que seria de grande prejuizo para a fazenda se passasse esta disposição, porque não é só em Portugal que se fazem contratos de promessa de venda, em quasi todos os paizes, e principalmente no Brazil é isso usual; muitos dos individuos que para ali vão, e lhe morrem depois parentes em Portugal, de quem elles são herdeiros, para não voltarem aqui mandam vender o que cá têm, e quasi sempre a estas vendas precedem d'estas promessas; e se o artigo 11.º passasse como está, seria difficil obrigar estes contratantes ao pagamento do direito de registro por virtude de taes promessas.

Reconhece que, com estes contratos, se acobertam muitas fraudes e simulações, a que é necessario pôr algum obstaculo, mas não entende que a disposição do artigo seja o conveniente.

O sr. Mello Soares diz sair das difficuldades por uma tangente, que elle parece trará maiores difficuldades. Disse s. ex.ª que podia pagar-se o direito de transmissão logo que a propriedade estivesse no uso do accitante; mas o illustre deputado é bastante illustrado para saber o que em jurisprudencia se chama uso, e que podiam escapar muitos outros meios de possuir e disfructar a propriedade que estivessem fóra d'esta definição. Além de que muitas demandas resultariam d'esta disposição; a fazenda estaria sempre em verdadeiro antagonismo com todos os que possuissem bens que pertencessem a outrem, exigindo-lhes o titulo em virtude do qual os possuissem. Não duvidaria annuir ao direito de transmissão nos contratos de promessa de venda quando houvesse a vontade da parte dos individuos em virtude de difficuldades que se podessem dar para poderem realizar os seus contratos; mas n'este caso o remedio consiste em fixar-se um praso alem do qual essa promessa de venda não possa prevalecer. E como pôde haver circumstancias imprevistas, em consequencia das quaes não possam realizar o contrato definitivo no praso marcado, sejam então admittidos a entregar por anticipação o direito de transmissão para depois realizarem o contrato quando julgarem opportunas as circumstancias. N'este sentido vai mandar uma substituição para a mesa, mas para o caso de não ser approveda a eliminação do artigo.

A substituição é a seguinte:

«Artigo 11.º Substituição. As promessas de venda accitas, só terão validade por espaço de um anno, a contar da sua data, e passado elle ficarão consideradas como nulas e sem vigor; salvo se n'esse espaço se pagar por anticipação o imposto de transmissão, que será restituído quando se mostre que a promessa se acha desfeita.»—*Moraes Carvalho*.

É admittida á discussão.

O sr. Justino de Freitas:—já teve occasião de dizer quaes tinham sido os motivos que levaram a commissão a consignar este artigo no projecto. Todos sabem com que facilidade se procuram praticar fraudes em prejuizo da fazenda, e como por meio d'estas promessas de venda são prejudicados os proprios vendedores. Já demonstrou como era possível que um inquilino, prestando certa porção de capital ao senhorio com a promessa de venda da casa, por este modo ficasse com ella sem nunca pagar siza; e, como esta hypothese, podia apresentar muitas outras em que pôde verificar-se a mesma fraude. Por outro lado todos sabem que uma das maiores difficuldades de uma lei de transmissão é acatellar as fraudes, e por consequencia não podia a commissão deixar escapar uma porta tão franca como esta para que os compradores podessem illudir a fazenda, praticando promessas de venda em lugar de praticarem contratos de compra e venda.

Tem-se argumentado contra a disposição do artigo por não se verificar n'este caso a transmissão que é a base do projecto, e que se vai atacar o principio estabelecendo uma excepção. Ainda que assim fosse a camara está legislando, e a questão toda reduz-se a saber se a excepção é justa e razoavel, se se vai ou não prejudicar a sociedade; sendo justa e não se demonstrando que prejudica a sociedade, não ha duvida que pôde ser adoptada.

As promessas de venda são raras e na maior parte das vezes não servem se não para acobertar as fraudes, e se o artigo não fosse approvedo, o resultado seria dar mais garantias a estes contratos que se encaminham quasi sempre á fraude, ao mesmo tempo que nos contratos abertos o comprador e o vendedor são obrigados a pagar a siza.

As promessas de venda accitas não podem deixar de ser um contrato como os outros e não podem deixar de produzir effeitos legitimos. Cita a disposição do artigo 1589.º do codigo civil francez, bem como a do artigo 463.º do nosso codigo commercial, para mostrar que todas as vezes que nas promessas de compra e venda ha o consentimento reciproco das duas partes e com prego certo são contratos de compra e venda.

Argumenta-se que o artigo vai ferir o principio da transmissão; mas em todos os outros contratos onerosos o pagamento da siza tem lugar antes da transmissão, e isto mesmo acontece nas adjudicações e nas arrematações.

O sr. Calça e Pinar:—não se conforma nem se pôde conformar com a disposição d'este artigo que é mesmo contraria ao principio geral da lei e ao seu espirito. O fim da lei é tributar a transmissão da propriedade, por consequencia em quanto a transmissão se não der, ninguém pôde ser obrigado ao tributo.

Manda para a mesa a seguinte proposta:

«Requeiro a eliminação do artigo 11.º».—*Calça e Pinar*.

É admittida á discussão.

O sr. Mello Soares:—referindo-se ao que disse o sr. Moraes Carvalho, observa que se a proposta que elle, orador, apresentou, não é um meio heroico para prevenir os inconvenientes da disposição do artigo, tambem na proposta de s. ex.ª se não encontra esse meio.

Essa proposta estabelece o praso de um anno alem do qual não pôde prevalecer a promessa de compra e venda, sendo então necessario realizar o contrato; mas a promessa pôde renovar-se, findo esse praso pôde succeder-se outro e assim successivamente, de maneira que do mesmo modo pôde ser illudida a disposição da lei.

Foi muito de proposito que empregou a palavra uso, porque ella preenche o fim que tem em vista.

A legislação franceza, de que fallou o illustre relator da commissão, não tem applicação para aqui, porque pela lei de 18 de agosto de 1769 não se pôde ir buscar a legislação estrangeira, quando nós a temos cá; e n'esta parte é expressa a ordenação no livro 4.º titulo 2.º

E não diga o illustre deputado que a tradição não vale nada, porque a tradição é a essencia do negocio, e tanto que se um homem, senhor de uma causa, a vender, e depois a for vender a outro, parecia que ficaria sendo senhor d'ella o primeiro na ordem chronologica, mas não é assim. Contudo na nossa especie não se trata da especie de que tratou o illustre relator da commissão, mas trata-se de uma causa certa, de promessa de venda accita com prego certo, e mesmo n'esta es-

pecie da promessa feita e da promessa accita o comprador não tem direito a exigir a causa.

Em todo o caso está convencido de que o artigo do projecto não pôde ser approvedo sem a inversão completa de todos os principios, e se é possível dar-se-lhe remedio, esse remedio está na emenda que elle, orador, mandou para a mesa.

O sr. Barros e Sá:—na alternativa de ter de approvar o artigo do projecto conforme está, ou de rejeitar, declara que o rejeita: mas parece-lhe que tudo se pôde conciliar approvando-se a proposta do sr. Mello Soares, quando se acrescente ao artigo—que sempre que houver promessa de venda com tradição se reputa venda.—

É incontestavelmente certo que o tributo de registro só recde, pelo principio geral consignado no artigo 2.º, na transmissão de propriedade; e não havendo aqui transmissão não pôde haver tributo.

Mas o sr. Justino de Freitas diz que o codigo civil francez estabelece no artigo 1589.º que a promessa de venda vale por venda; e como não diz que é venda, ha aqui um equivoquo, equivaie a venda.

Ora, quando um homem contrate com outro a compra e venda de uma quinta, ajustando o preço, mas sem fazerem escriptura publica, como não houve venda propriamente dita, e não está perfeito o contrato, não pôde haver o tributo. E se assim é n'esta hypothese muito mais proxima, como pôde exigir-se tributo em uma hypothese mais afastada?

Mas, disse o illustre relator, a promessa de venda é um contrato bilateral. Não é assim: é o a promessa de venda, sendo acompanhada da promessa de compra; mas pôde haver aquella sem que haja esta, e d'aqui resulta que o que accita a promessa de venda pôde prescindir da accitação d'ella sem que o outro o possa coagir. E o additamento do sr. Mello Soares, se até certo ponto não evita, ao menos attenua os effeitos desastrosos da redacção da commissão.

Não pôde accitar tambem o argumento da commissão de, para evitar uma fraude, fazer contribuir mil que não são fraudulentos.

E não se podendo dizer que entre nós a promessa de venda equivale á venda, faça-se um projecto de lei em que se diga: a ordenação no livro tal, titulo tantos está derogada; porém querer destruir toda a economia da ordenação no titulo 4.º é levar muito longe o espirito fiscal.

O sr. Pinto da França:—requer que a materia do artigo 11.º se julgue discutida.

A camara resolve affirmativamente.

O sr. Mello Soares (sobre a ordem):—como a proposta que offereceu é uma emenda, pede ao sr. presidente que a ponha á votação antes do artigo.

Lê-se na mesa o artigo.

O sr. Justino de Freitas:—as promessas de venda accitas com prego certo.

O sr. Pinto Coelho (sobre o modo de propor):—manda para a mesa a seguinte proposta:

«Propoção que quando se fechar a discussão se consulte a camara sobre os seguintes pontos:

1.º Se se ha de permittir a promessa de venda, sem pagamento do imposto.

2.º No caso negativo:

Se a promessa se ha de prohibir.

Se se ha de equiparar, nos seus effeitos judiciais, a compra e venda pura.

On se pelo menos se ha de equiparar em todos os effeitos á compra e venda condicional.»

O sr. Mello Soares:—é a vez primeira que sobre o modo de propor se manda uma proposta para a mesa. Pede que a mesa indique a maneira por que tencionar pôr á votação o artigo e todas as propostas, e no caso d'este modo de propor não agradar a algum sr. deputado, então é que tem lugar propor um modo de votação differente.

O sr. Presidente:—tenciono primeiro pôr á votação a eliminação do artigo, conforme foi proposta por dois illustres deputados: se não passar, a proposta do sr. Mello Soares que é o artigo com uma emenda (apoiados), se esta não passar o artigo como está, e não sendo este approvedo a substituição do sr. Moraes Carvalho (apoiados).

O sr. Pinto Coelho:—insta porque se consulte a camara sobre o modo de propor que indicou.

A camara resolve que a votação se faça como o sr. presidente tinha proposto.

Posta a votos a proposta de eliminação não é approveda.

circunstâncias do facto e gran de culpabilidade, com as seguintes penas:

- 1.ª Multa de 25000 a 100000 réis;
- 2.ª Suspensão do officio ou emprgo de um a seis mezes;
- 3.ª Demissão.

Art. 16.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

O sr. **Pinto Coelho**—deseja saber os motivos em que a comissão se fundou para eliminar os ultimos artigos da proposta do governo; se os eliminou porque entenderam que os regulamentos se não podiam estender a estes pontos, ou porque estavam comprehendidos e era escusado mencioná-los.

Deseja tambem saber se a comissão entendeu, pelo modo por que redigiu o projecto, que ficava o governo autorizado a impor penas que não estejam marcadas na legislação existente, ou só a servir-se das penas comminadas pelas leis existentes nos casos em que a mesma lei as commina.

O sr. **Justino de Freitas**—declara, que a comissão achou inutil inserir no projecto os artigos 13.º, 14.º, 15.º e 16.º da proposta do governo, por entender que na legislação vigente estava legislado quanto n'elles se contém; entretanto não se oppõe a que se insiram se isso se entender conveniente.

O sr. **Mello Soares**—dizendo-se no artigo 13.º «são nulos e nenhum effeito produzirão em juizo todos os contratos que não tiverem pago contribuição de registro, sendo a ella sujeitos» e havendo certos actos que não são contratos, e pelo projecto ficam sujeitos ao pagamento do direito de registro, como por exemplo os actos de transmissão do propriedade feita por testamento, propõe o seguinte additamento ao artigo 13.º:

«São nulos e nenhum effeito produzirão em juizo todos os actos ou contratos, etc.» **Mello Soares**.

Sendo admittido, fica em discussão.

O sr. **Conto Monteiro** (sobre a ordem)—manda para a mesa dois pareceres da comissão de administração publica.

O sr. **Ministro da fazenda** (Casal Ribeiro)—uma vez votados como estão no projecto os principios fundamentais e propriamente legislativos, isto é, os actos sobre que o imposto recae, as pessoas que o pagam, a quantidade do imposto, e as bases principaes do processo, como são a competência dos funcionarios administrativos que hão de fazer a liquidação, o recurso, e o maximo e minimo das penalidades, o mais que ha alem d'estes principios, como a fixação dos prazos, o modo de fazer as declarações, as formalidades que têm de ser estabelecidas para a execução da lei, é materia que se deve considerar puramente regulamentar. Por isso parece-lhe mais harmonico e mais conveniente deixar ao governo a faculdade de desenvolver nos regulamentos os principios fundamentais e estabelecer n'elles a materia regulamentar, marcando-lhe o limite do artigo 15.º do projecto primitivo quanto ás penalidades, limite que está muito abaixo das penalidades estabelecidas na legislação actual no regimento das sizas e na lei de 12 de dezembro de 1844, e que por consequencia não tende a aggravá-las, tende a diminuí-las tornando-as mais exequíveis, mas que tambem por outro lado tende a estendê-las a actos, que não estão sujeitos a penalidade alguma, se a lei não a estabelecer ou não der ao governo a faculdade de a estabelecer dentro dos limites que se entenderem rasaveis. E como não ha divergencia alguma fundamental, mas unicamente uma questão de forma e de redacção, parece-lhe mais conveniente, mais harmonico com a lei, e que facilitará a sua execução e a formação dos competentes regulamentos, que se mantenha a redacção do projecto primitivo como foi proposto pelo sr. Mello Soares, e em que concordou o sr. Justino de Freitas, relator da comissão.

O sr. **Pinto Coelho**—não foram fixadas pela camara as bases essenciaes do processo administrativo para a liquidação da contribuição do registro, apenas se estabeleceu uma base para este processo que é a do artigo 8.º. Deixa-se ao governo uma latitudine indefinida para estabelecer os prazos. E marcando-se no artigo 15.º o maximo e o minimo das penalidades fica ainda ao governo uma grande latitudine quanto ao estabelecimento das mesmas penalidades. Mas sendo essencialmente das attribuições do parlamento o legislar sobre estes objectos, e não querendo que o corpo legislativo abdique no governo as suas attribuições em pontos tão importantes, propõe que o projecto volte á comissão para indicar as bases do processo administrativo.

Não approva a referencia que se faz no n.º 4.º do artigo 14.º á criação de um registro geral dos actos que operam transmissão de propriedade, por isso que esse registro ainda não foi creado e sabe Deus se o será; e portanto propõe a eliminação d'esse n.º do artigo.

Lê-se na mesa a seguinte proposta do sr. Pinto Coelho:

«Proporho que o projecto volte á comissão para propor as bases do processo administrativo da liquidação do imposto.» **Pinto Coelho**.

Importando um adiamento é apoiado, e fica em discussão.

Lê-se tambem a seguinte emenda:

«Proporho a eliminação do n.º 4.º do artigo 14.º» **Pinto Coelho**.

É admittida e fica igualmente em discussão.

O sr. **Mello Soares**—não concorda com o sr. Pinto Coelho, quando diz que se concede uma grande latitudine ao governo acerca das penalidades, por que effectivamente se coarcta essa latitudine com a disposição do artigo 14.º que diz «fica o governo autorizado, tendo em vista o regimento das sizas, a lei de 12 de dezembro de 1844, e mais legislação em vigor» e com o limite de maximo e minimo que ás diversas penalidades estabelecidas n'essa legislação impõe o artigo 15.º do projecto.

Quanto aos prazos, entende que autorisar o governo a marcar o tempo em que o direito deve ser pago, e aquelle em que pôde deixar de o ser, sem se incorrer em penalidade, é cousa de tão pouco vulto que não vale a pena fazer questão d'isso.

O sr. **Pinto Coelho** (sobre a ordem)—se acaso a comissão concorda, no modo de ver a questão, com o sr. Mello Soares, isto é, que as bases para o governo fazer o regulamento para a execução da lei que se discute, são as diversas disposições em vigor, relativamente ás sizas e direitos de transmissão de propriedade, não tem duvida em concordar tambem com isso, porém deve notar que no artigo respectivo do projecto da comissão não ha a clausula a que se referiu o sr. Mello Soares, tendo em vista o regimento das sizas e lei de 12 de dezembro de 1844; mas para que haja uma resolução clara a este respeito manda para a mesa uma proposta, declarando com tudo que no caso do governo ou a comissão aceitar esta proposta, então retira a de adiamento.

A proposta é a seguinte:

«Fica o governo autorizado a, dentro dos limites do regimento das sizas, da lei de 12 de dezembro de 1844, e da demais legislação em vigor relativa aos dois impostos que a contribuição de registro substitue, na parte não revogada pela presente lei, decretar um regulamento especial.» **C. Z. Pinto Coelho**.

É admittida.

A requerimento do sr. Thomás de Carvalho propõe-se a sessão até se votarem os artigos em discussão.

O sr. **Bivar** (sobre a ordem)—sendo, pelo artigo 1277.º do codigo commercial portuguez, consi-

deradas as embarcações bens moveis para todos os effeitos juridicos, e havendo o decreto de 11 de agosto de 1852, relativo á venda das embarcações, e parecendo-lhe que este decreto deve ficar em vigor, por isso manda para a mesa o seguinte:

«Artigo adicional. Fica em vigor o decreto com força de lei de 11 de agosto de 1852.» **Bivar**.

É admittida á discussão.

O sr. **Justino de Freitas**—quando o sr. Gaspar Pereira, n'uma das sessões passadas, apresentou algumas idéas a respeito d'este objecto, elle, orador, declarou, que, por parte da comissão não havia duvida alguma em o considerar na ultima redacção da lei; portanto agora não fazia mais do que reiterar essa declaração accitando a proposta do sr. Bivar para ser collocada na lei onde melhor for o seu logar.

O sr. **Mello Soares** (sobre a ordem)—tendo o sr. Pinto Coelho declarado que retira a sua proposta de adiamento no caso da comissão ou o sr. ministro da fazenda declarar que aceitava a ultima proposta que tinha apresentado, pede para regularidade do debate que haja da parte da comissão ou do sr. ministro a referida declaração.

O sr. **Ministro da fazenda** (Casal Ribeiro) (sobre a ordem)—já teve a honra de expender á camara os motivos pelos quaes não podia concordar nas idéas que foram apresentadas pelo sr. Pinto Coelho a este respeito, e não querendo agora abusar da palavra que tinha sobre a ordem, repetindo o que já disse, limita-se a declarar que não pôde aceitar a proposta do illustre deputado, pois que adopta-la seria não só inibir a faculdade que o governo tem de fazer os regulamentos para a execução das leis, mas seria converter a lei que se discute n'um regulamento. O projecto leva já sufficientes garantias a favor do contribuinte. E quanto á penalidade ella é muito menor do que a que actualmente está em vigor. Quando se diz: tendo em vista os regimentos de siza e a lei de 1844, na parte regulamentar, não é para o seguir strictamente, mas para o seguir nos pontos que estiverem em harmonia com as disposições da lei posterior. Julga pois que os artigos em discussão devem ser approvados como estão.

O sr. **Pinto Coelho**—em vista da declaração feita pelo sr. ministro, então retira a sua ultima proposta, e insiste pela de adiamento para que a comissão marque as bases do processo.

A camara permite que o sr. deputado retire a sua proposta.

A requerimento do sr. José Estevão julga-se a materia discutida.

O adiamento proposto pelo sr. Pinto Coelho é regeitado.

O sr. **Presidente**—declara, que o artigo 12.º do projecto da comissão está fóra da votação, visto que, pela mesma comissão foram adoptados os artigos 13.º, 14.º, 15.º e 16.º do projecto originario do governo, conforme havia proposto o sr. Mello Soares.

Posto a votos o artigo 13.º do projecto originario do governo, é approvado salvo o additamento proposto pelo sr. Mello Soares a este mesmo artigo.

O additamento do sr. Mello Soares é approvado.

O artigo 14.º até ao n.º 3.º é approvado.

A eliminação do n.º 4.º, proposta pelo sr. Pinto Coelho, é regeitada.

O n.º 4.º d'este artigo é approvado.

Os artigos 15.º e 16.º são approvados.

O sr. **Justino de Freitas** (sobre a ordem)—re-mette para a mesa a redacção que a comissão deu ao artigo 7.º do projecto.

Lida na mesa esta redacção, e depois posta a votos é approvada.

O sr. **Pulido** (para um requerimento)—depois de votado o projecto n.º 21 segue-se entrar em discussão o n.º 18, relativo ao caminho de ferro do sul, mas dá-se uma circumstancia que pôde prejudicar este assumpto impedindo que amanhã entre em discussão, porque o sr. ministro das obras publicas talvez não possa comparecer por ter de assistir na outra casa do parlamento á discussão do projecto relativo aos caminhos de ferro de leste e norte, que se discute ali na mesma hora em que o referido projecto n.º 18 terá de entrar em discussão na camara dos srs. deputados; mas propoem um alvitre que poderá conciliar tudo, e é que logo, depois de lida a acta e correspondencia, se entre na discussão do projecto n.º 18, e que os trabalhos que tem logar antes da ordem do dia fiquem para depois que o sr. ministro tenha necessidade de se retirar para na outra casa do parlamento continuar a assistir á discussão que ali está tendo logar a respeito dos caminhos de ferro de leste e norte (apoiados). N'este sentido pois remette para a mesa a seguinte proposta:

«Propomos que a discussão do projecto de lei n.º 18, dado para ordem do dia, comee immediatamente depois de approvada a acta da sessão, e de se ter dado conta á camara da correspondencia e expediente.» **Pulido**—**Infante Pessanha**—**Calça e Pina**—**Sousa Feio**.

É admittida.

O sr. **Presidente**—declara que a approvação d'esta proposta importaria, para elle, fazer entrar em discussão o projecto n.º 18, logo depois de lida a acta e a correspondencia, durante essa discussão do projecto até ás tres horas, porque d'esta hora em diante terá logar o dar a palavra aos srs. deputados que a pedirem como se fosse para antes da ordem do dia (apoiados).

Não havendo quem pedisse a palavra, é submettida á votação a proposta e approvada.

O sr. **Presidente**—dá para ordem do dia de amanhã o projecto n.º 18, relativo ao caminho de ferro do sul, e depois o projecto n.º 24 que concede um edificio publico á camara municipal de Moura, e se houver tempo, a leitura de alguns pareceres de comissões, e levanta a sessão.—*Eram quatro horas e meia da tarde.*

RECTIFICAÇÃO

Na proposta do sr. Pereira de Carvalho d'Abreu, publicada a pag. 418, col. 5.ª, lin. 16, onde se lê:

Substituição ao § 17.º—Nas emphyteuses será a contribuição calculada sobre o producto do rendimento dos bens emphyteuticos, multiplicado por vinte annos, menos a somma de vinte foros, um laudémio e uma luctuosa, se for estipulada.

Deve ler-se:

Substituição ao § 17.º—Nas emphyteuses será a contribuição calculada sobre o producto do rendimento dos bens emphyteuticos, multiplicado por vinte annos, menos a somma de vinte foros, um laudémio e uma luctuosa, se for estipulada.

Deve ler-se:

Substituição ao § 17.º—Nas emphyteuses será a contribuição calculada sobre o producto do rendimento dos bens emphyteuticos, multiplicado por vinte annos, menos a somma de vinte foros, um laudémio e uma luctuosa, se for estipulada.

Deve ler-se:

Substituição ao § 17.º—Nas emphyteuses será a contribuição calculada sobre o producto do rendimento dos bens emphyteuticos, multiplicado por vinte annos, menos a somma de vinte foros, um laudémio e uma luctuosa, se for estipulada.

Deve ler-se:

Substituição ao § 17.º—Nas emphyteuses será a contribuição calculada sobre o producto do rendimento dos bens emphyteuticos, multiplicado por vinte annos, menos a somma de vinte foros, um laudémio e uma luctuosa, se for estipulada.

Deve ler-se:

Substituição ao § 17.º—Nas emphyteuses será a contribuição calculada sobre o producto do rendimento dos bens emphyteuticos, multiplicado por vinte annos, menos a somma de vinte foros, um laudémio e uma luctuosa, se for estipulada.

Deve ler-se:

Substituição ao § 17.º—Nas emphyteuses será a contribuição calculada sobre o producto do rendimento dos bens emphyteuticos, multiplicado por vinte annos, menos a somma de vinte foros, um laudémio e uma luctuosa, se for estipulada.

Deve ler-se:

Substituição ao § 17.º—Nas emphyteuses será a contribuição calculada sobre o producto do rendimento dos bens emphyteuticos, multiplicado por vinte annos, menos a somma de vinte foros, um laudémio e uma luctuosa, se for estipulada.

Deve ler-se:

Substituição ao § 17.º—Nas emphyteuses será a contribuição calculada sobre o producto do rendimento dos bens emphyteuticos, multiplicado por vinte annos, menos a somma de vinte foros, um laudémio e uma luctuosa, se for estipulada.

Deve ler-se:

Substituição ao § 17.º—Nas emphyteuses será a contribuição calculada sobre o producto do rendimento dos bens emphyteuticos, multiplicado por vinte annos, menos a somma de vinte foros, um laudémio e uma luctuosa, se for estipulada.

Deve ler-se:

Substituição ao § 17.º—Nas emphyteuses será a contribuição calculada sobre o producto do rendimento dos bens emphyteuticos, multiplicado por vinte annos, menos a somma de vinte foros, um laudémio e uma luctuosa, se for estipulada.

Deve ler-se:

Substituição ao § 17.º—Nas emphyteuses será a contribuição calculada sobre o producto do rendimento dos bens emphyteuticos, multiplicado por vinte annos, menos a somma de vinte foros, um laudémio e uma luctuosa, se for estipulada.

Deve ler-se:

Substituição ao § 17.º—Nas emphyteuses será a contribuição calculada sobre o producto do rendimento dos bens emphyteuticos, multiplicado por vinte annos, menos a somma de vinte foros, um laudémio e uma luctuosa, se for estipulada.

Deve ler-se:

Substituição ao § 17.º—Nas emphyteuses será a contribuição calculada sobre o producto do rendimento dos bens emphyteuticos, multiplicado por vinte annos, menos a somma de vinte foros, um laudémio e uma luctuosa, se for estipulada.

Deve ler-se:

Substituição ao § 17.º—Nas emphyteuses será a contribuição calculada sobre o producto do rendimento dos bens emphyteuticos, multiplicado por vinte annos, menos a somma de vinte foros, um laudémio e uma luctuosa, se for estipulada.

Deve ler-se:

Substituição ao § 17.º—Nas emphyteuses será a contribuição calculada sobre o producto do rendimento dos bens emphyteuticos, multiplicado por vinte annos, menos a somma de vinte foros, um laudémio e uma luctuosa, se for estipulada.

Deve ler-se:

Substituição ao § 17.º—Nas emphyteuses será a contribuição calculada sobre o producto do rendimento dos bens emphyteuticos, multiplicado por vinte annos, menos a somma de vinte foros, um laudémio e uma luctuosa, se for estipulada.

Deve ler-se:

Substituição ao § 17.º—Nas emphyteuses será a contribuição calculada sobre o producto do rendimento dos bens emphyteuticos, multiplicado por vinte annos, menos a somma de vinte foros, um laudémio e uma luctuosa, se for estipulada.

Deve ler-se:

Substituição ao § 17.º—Nas emphyteuses será a contribuição calculada sobre o producto do rendimento dos bens emphyteuticos, multiplicado por vinte annos, menos a somma de vinte foros, um laudémio e uma luctuosa, se for estipulada.

Deve ler-se:

Substituição ao § 17.º—Nas emphyteuses será a contribuição calculada sobre o producto do rendimento dos bens emphyteuticos, multiplicado por vinte annos, menos a somma de vinte foros, um laudémio e uma luctuosa, se for estipulada.

Deve ler-se:

Substituição ao § 17.º—Nas emphyteuses será a contribuição calculada sobre o producto do rendimento dos bens emphyteuticos, multiplicado por vinte annos, menos a somma de vinte foros, um laudémio e uma luctuosa, se for estipulada.

Deve ler-se:

Substituição ao § 17.º—Nas emphyteuses será a contribuição calculada sobre o producto do rendimento dos bens emphyteuticos, multiplicado por vinte annos, menos a somma de vinte foros, um laudémio e uma luctuosa, se for estipulada.

Deve ler-se:

Substituição ao § 17.º—Nas emphyteuses será a contribuição calculada sobre o producto do rendimento dos bens emphyteuticos, multiplicado por vinte annos, menos a somma de vinte foros, um laudémio e uma luctuosa, se for estipulada.

Deve ler-se:

Substituição ao § 17.º—Nas emphyteuses será a contribuição calculada sobre o producto do rendimento dos bens emphyteuticos, multiplicado por vinte annos, menos a somma de vinte foros, um laudémio e uma luctuosa, se for estipulada.

Deve ler-se:

Substituição ao § 17.º—Nas emphyteuses será a contribuição calculada sobre o producto do rendimento dos bens emphyteuticos, multiplicado por vinte annos, menos a somma de vinte foros, um laudémio e uma luctuosa, se for estipulada.

Deve ler-se:

Substituição ao § 17.º—Nas emphyteuses será a contribuição calculada sobre o producto do rendimento dos bens emphyteuticos, multiplicado por vinte annos, menos a somma de vinte foros, um laudémio e uma luctuosa, se for estipulada.

Deve ler-se:

Substituição ao § 17.º—Nas emphyteuses será a contribuição calculada sobre o producto do rendimento dos bens emphyteuticos, multiplicado por vinte annos, menos a somma de vinte foros, um laudémio e uma luctuosa, se for estipulada.

Deve ler-se:

Substituição ao § 17.º—Nas emphyteuses será a contribuição calculada sobre o producto do rendimento dos bens emphyteuticos, multiplicado por vinte annos, menos a somma de vinte foros, um laudémio e uma luctuosa, se for estipulada.

Deve ler-se:

Substituição ao § 17.º—Nas emphyteuses será a contribuição calculada sobre o producto do rendimento dos bens emphyteuticos, multiplicado por vinte annos, menos a somma de vinte foros, um laudémio e uma luctuosa, se for estipulada.

Leia-se:

Substituição ao § 15.º—Nas transmissões de direitos o acção será a contribuição calculada sobre o valor do objecto em que recaírem esses direitos e acções.

Relação dos srs. deputados que estiveram presentes, na sessão de 24 de abril,

á chamada á meia hora depois do meio dia

Afonso Botelho, Cancellia, Moraes Carvalho, Balduino, Coutinho e Vasconcellos, Dias de Azevedo, Eleuterio, Feio Magalhães Coutinho, Secco, Couto Monteiro, Pinheiro Osorio, Robalo, Lopes Branco, Santos Lessa, Telles de Vasconcellos, Vaz da Fonseca, Aristides, Palmeirim, Bartholomeu dos Martyres, Garcez, Bento de Freitas, Abranches, Castro Ferrer, Cyrillo Machado, Pereira da Cruz, Rebello de Carvalho, Cypriano da Costa, Teixeira da Motta, Garcia Peres, Diogo Forjaz, Eduardo Pinto, Mouzinho, Pereira Brandão, Coelho do Amaral, Diogo de Sá, Castro e Silva (Francisco), Pinto Tavares (Francisco), Soares Franco, Gaspar Teixeira, Herenegildo Blanc, Gomes da Palma, Jacinto de Andrade, Ferraz de Miranda, João da Fonseca Coutinho, João José de Azevedo, Mello Soares, Castro Portugal, Calça e Pina, Noronha e Menezes, Coelho de Carvalho, Neutel, Faria Guimarães, Infante Pessanha, José Dias Ferreira, Encarnação Coelho, Alves Chaves, Figueiredo de Faria, Feijó, Christiniano, D. José de Alarcão, Rojão, Julio do Carvalho, Aboim, Albano, Andrade Moraes, Pinto Tavares (Luiz), Afonseca, Rocha Peixoto, Azevedo Pinto, Mariano de Sousa Feio, Miguel Pinto Martins, Monteiro Castello Branco, Charters, D. Rodrigo de Menezes, Nogueira Soares, Viriato, visconde de Pindella, e visconde de Portocarrero.

NOTÍCIAS DO REINO

CONTINENTE

Povo de Varzim—Em sessão de 19 do corrente foi approvada pelo conselho do districto do governo civil do Porto a planta e o orçamento das obras e expropriações necessarias para a conclusão da abertura da via denominada Formosa, da mencionada villa do Povo de Varzim.

Guimarães—O periodico que se publicava n'esta cidade, intitulado o *Vimaranes*, cessou a sua publicação. Sentimos que esta cidade fique por esta forma sem ter um representante na imprensa. A *Teosoura de Guimarães* parece-nos que foi o primeiro jornal, com que esta antiga povoação portugueza se estreou no mundo jornalístico, e a sua vida tambem não foi muito longa. Bom seria, pois, que Guimarães não estivesse por muito tempo fóra da communhão geral da imprensa periodica.

Vianna do Castelo—O *Vianense*, dando conta do estado das sementeiras por aquellos sitios, escreve o que em seguida transcrevemos:

«O estado das sementeiras do outono é favoravel, e o trigo e centeio apresentam-se com muita verdura, e vegetação, estando a espigar com boas auspícios. As sementeiras dos milhos nas terras levis estão-se fazendo por toda a parte.

«As videiras apresentam-se muito vigorosas, e com muito fructo; e se o *oldium* não vier accommette-las, e as geadas, como no anno passado, não apparecerem, promettem abundancia de vinho.»

—No mesmo jornal lê-se a seguinte noticia:

«Consta que um cavalleiro respeitavel, de accordo com outros capitalistas, acaba de fazer ao sr. ministro das obras publicas uma proposta, formulada em condições vantajosas, e segundo a qual ficará a companhia *utilidade publica* habilitada a applicar a quantia de 600.000\$000 réis ao desenvolvimento das estradas do Minho.

Arcos de Valle de Vez—No dia 12 do corrente, conforme diz uma folha de Vianna do Castelo, appareceu morto em sua casa, e ao pé da cama, José Custodio de Amorim, da freguezia de S. Vicente de Tavora, do mencionado concelho dos Arcos.

Verificou-se que se enforcára com um laço de corda que tinha á roda do pescoço, e se achava presa ao leito.

Parece que este infeliz se suicidára em consequencia de alienação mental, de que ha tempos padecia. A autoridade no entantão trata de chegar ao conhecimento da verdade.

NOTÍCIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 21 do corrente, e de Paris até 18.

Os jornaes hespanhoes publicam os seguintes DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*:

Constantinopla, 19 de abril.—O governo francez quer tornar a sublinhe porta responsavel pelos prejuizos causados aos gregos, na ultima sexta feira santa.

Paris, 19.—Em Aix e Ameez, fez-se uma brilhante recepção ao senador Laity, amigo particular, como se sabe, do imperador dos francezes: foi convidado para um jantar de cento e oitenta talheres.

O governador propoz um brinde á França, e outro ao imperador dos francezes. M. Laity leu depois um despacho telegraphico escripto por Napoleão III, annunciando a viagem de sua magestade e da im-

peratriz á Saboya, no fim de maio, ou nos primeiros dias de junho.

Corre como certa a noticia da proxima reunião de uma conferencia diplomatica, na qual serão discutidas as questões suscitadas pela annexação da Saboya. A França propõe Paris como ponto de reunião; porém a Inglaterra prefere Bruxellas.

Mr. Thouvenel declara que a França não submeterá a este congresso das potencias a apreciação do tratado de 24 de março, pelo qual o Piemonte cedeu, á França, Saboya e Niza. A conferencia só se occupará dos meios de conciliar os direitos da França sobre Niza e Saboya, taes quaes resultam d'esta cessão com as garantias estipuladas nos tratados de 1815, a favor da neutralidade suissa.

Todos os jornaes, até mesmo a folha official, publicam uma nota do ministerio respectivo, annunciando que já começou o processo pelas intrigas que o folheto intitulado *Coalitão* tem provocado na bolsa.

Os hespanhoes inimigos do governo tambem têm contribuido para que os fundos baixem na bolsa, dando a falsa noticia de que o general O'Donnell morreu da cholera em Marrocos.

Genova, 21.—Ha noticias de Napoles, que alcançam até 18 do corrente, e por ellas consta que, pelas noticias transmitidas anteriormente, se commetteu um equívoco, confundindo-se o nome da povoação de Trapani com o principe d'este titulo.

Em Napoles continua o embarque do material de guerra.

Dizia-se que em Trapani, Marsala e Mazzara fluctuava a bandeira tricolor.

Roma, 19.—Merode foi nomeado ministro da guerra.

Londres, 21.—Lord John Russell declarou na camara, que a Hespanha prometteu modificar as leis de navegação, em troca das vantagens que o tratado de commercio confere á mesma nação.

HESPAÑHA

FAZENDAS E GÊNEROS	UNIDADES	PREÇOS	OBSERVAÇÕES
Facas de cabo de peso	duzia	5600 a 5650	não ha
Farinha de trigo portugueza	barrica	255000	escacez
» americana	peça	—	—
Fazendas de lei de 33 pollegadas	peça	—	—
» de 32 »	»	—	—
» de 29 » W.	»	—	—
» de 27 »	»	—	—
» de 14 jardas e 29 pollegadas	»	—	—
Folha de cobre	libra	—	—
Garraças	peça	—	—
Genebra em frascos	duzia	75000	—
» em botijas	peça	24400	—
Lenços de camélia	peça	—	—
» de chita	»	—	—
» de 10 »	»	—	—
» de 12 »	»	—	—
» de 15 »	»	—	—
» saturadas de 10 »	»	—	—
» de 12 »	»	—	—
» de 15 »	»	—	—
Linha branca em novello	libra	15000	—
Licor fino em garrafas	duzia	103000	—
» ordinario, dito	»	45000	—
Manteiga	libra	—	—
Massas sortidas	arroba	55000	—
Morins finos de 27 jardas	peça	34000	—
» de 11H	»	—	—
Missanga branca grossa	masso	—	—
» azul dito	»	—	—
» coral dito	»	—	—
Panno de lã azul ordinario	covado	8550	—
» encarnado, dito	»	8550	—
» da Costa branco	peça	85000	—
» azul	»	—	—
Pedras grandes de 4 fogos	milheiro	25000	—
Papel de peso	resma	25000	—
» almaso azul	»	25000	—
» branco ordinario	»	25000	—
Presuntos	libra	—	—
Pintados azues portuguezes	peça	—	—
» ingleses	»	—	—
Polvora inglesa e americana	libra	—	—
Riscadinhos finos	peça	—	—
Riscados de 18 jardas e 36 pollegadas	peça	—	—
» de 32 »	»	—	—
» de 30 »	»	—	—
» americanos de 18 jardas e 27 pollegadas	»	—	—
» ingleses de » e 26 »	»	—	—
Sai do reino	cazonqueis	—	—
Sela ou vaqueta	uma	55000	—
Tabaco em rolo	arroba	—	—
Tabado de 90 palmos	duzia	245000	—
» de 16 »	»	—	—
» de 10 e 12 »	»	—	—
Toucinho	arroba	5500	—
Vélas steatinas	libra	8500	—
» de spermacete	»	8500	—
Vinagre	pipa	805000	—
Vinho fino	pipa	1805000	—
» branco	»	—	—
Zuertes azues de 1.ª sorte	peça	35500	—
» de 2.ª »	»	35500	—
» de 3.ª »	»	35500	—

EXPORTAÇÃO

FAZENDAS E GÊNEROS	UNIDADES	PREÇOS	OBSERVAÇÕES
Abada	libra	5300	—
Algodão em rama	arroba	55500	—
Azeite de gergelim	pipa	1105000	—
» de palma	»	805000	—
» de peixe	»	705000	—
Café de Cazengo	arroba	55000	—
» de Encoge	»	45500	—
Cera amarela por fundir	libra	5410	—
» branca	»	—	—
Conros secos	»	5170	—
Dentes de cavallo marinho	»	5200	—
Gomma copal vermelha	arroba	65500	—
» picada	»	35500	—
» amarela, 1.ª sorte	»	65500	—
» branca	»	35500	—
» ordinaria	»	25000	—
Marfim de 32 libras para cima	libra	15900	—
» de 30 a 31 1/2 libras	»	15600	—
» de 18 a 19 1/2 »	»	—	—
» de 10 a 15 1/2 »	»	15200	—
» de 6 a 9 1/2 »	»	—	—
» de 2 a 5 1/2 »	»	—	—
Urzelia	arroba	35500	—

MOEDAS

Oncas hespanholas	235000	Aguias	145000
Ditas mexicanas	225000	Patacas hespanholas	14500
Pecas de 4 oitavas portuguezas	135000	Ditas mericanas	14500
Soberanos	75000	Moedas de 5 francos	13500

Secretaria da camara dos negociantes.—Alberto Schut.

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 24 de abril de 1860

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Graveiro 2.º, hiate portuguez, mestre D. B. Soutinho, de Aveiro em 2 dias, com madeira; 7 pessoas de tripulação.

Saudade, bateira, mestre O. Lira, de Setubal em 24 horas, com vinho; 7 pessoas de tripulação.

EMBARCAÇÕES SAIDAS

Ville de Malaga, paquete francez a vapor, capitão A. Aude, para a barra do Porto, Vigo e Nantes, com vinho, fructa, e mais generos; 29 pessoas de tripulação e 104 passageiros.

S. Vicente, hiate portuguez, mestre J. G. Rodrigues, para Villa Nova de Milfontes, em lastro; 6 pessoas de tripulação, e 1 passageiro, José Antonio Rodrigues Justo, artista; portuguez.

Luzitania, escuna franceza, capitão J. B. Boisson, para o Havre de Grace, com diferentes generos; 9 pessoas de tripulação.

Boa Fortuna, hiate portuguez, mestre J. José, para Villa Real de Santo Antonio, com madeira e milho; 7 pessoas de tripulação.

Favorita, rasca, mestre M. C. Freire, para a Figueira, com assucar, aduella e encomendas; 9 pessoas de tripulação.

Boa Hora, hiate portuguez, mestre M. A. Batalha, para Setubal, em lastro; 7 pessoas de tripulação.

Nascimento Feliz, hiate portuguez, mestre J. P. Campos Junior, para Vianna, com sal e encomendas; 8 pessoas de tripulação e 2 passageiros, que são: José Gonçalves de Araujo, Domingos Henrique Leitão, maritimos; portuguezes.

Sophie, escuna dinamarqueza, capitão P. S. Swaller, para Setubal, com sal; 6 pessoas de tripulação.

Sea, barca inglesa, capitão W. Peverley, para Sines, em lastro; 10 pessoas de tripulação.

Aaltie Brongers, galeota hollandeza, capitão I. F. Kuperus, para Setubal, em lastro; 5 pessoas de tripulação.

Bordo do vapor Infante D. Luiz, em frente de Belem, em 24 de abril de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão tenente, commandante.

TELEGRAPHIA ELECTRICA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 25 DE ABRIL DE 1860

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 21

Entradas—Galera portugueza Amisade, do Rio de Janeiro, por Vigo, em 54 dias.—Brigue Cicely, de New Castle em 17 dias; escuna Mats, de Vianna em 2 dias; escuna Triton, de Svendberg em 20 dias; chalupa Marianne, de Vigo em 2 dias; dinamarquezas.

Saídas—Portuguezes, hiates Destino e Phenix, ambos para Aveiro.—Vapor ingles Leda, para Londres.

Fôra da barra fica o vapor de guerra portuguez Lynce.

De Villa Real de Santo Antonio, do dia 20

Entrou a escuna inglesa Schooner, de Alicante em 8 dias, em lastro.

Não saiu embarcação alguma.

Fica fóra da barra o vapor de guerra portuguez Argus.

O mar está um tanto agitado.—Vento SO. regular.

Do dia 21

Entrou o hiate portuguez Estrella do Sado, de Faro em 1 dia, com trigo.

Saídas—Cuter de guerra Ligeiro; cahique de guerra Mindello.

O mar está bom.—Vento SO.

Do dia 22

Entrou a escuna inglesa Schooner, de Vianna em 3 dias, em lastro.

Não saiu embarcação alguma, nem se avista.

O mar está bom.

Vento variavel.

De Tavira, do dia 20

Entrou o hiate portuguez Novo Destino, de Lisboa em 9 dias, com trigo e arroz.

Não saiu embarcação alguma.

Vento SO. bonançoso.

Do dia 21

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Vento SO. regular.

Do dia 22

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Está á vista o cahique de guerra Mindello, cruzando na costa.

Hontem de tarde entrou o cuter de guerra Ligeiro, de cruzar na costa.

De Villa Nova de Portimão, do dia 20

Entrou o falucho hespanhol Santissima Trindade, da ilha Christina em 4 dias, em lastro.

Saídas—Escuna portugueza Nigra, para a ilha de S. Miguel, com pedra de cal.—Patacho ingles James, para Glasgow, com cortica.

Mar chão.—Vento NO. regular.

Do dia 21

Entrou o hiate portuguez Feliz Ventura, da ilha da Madeira em 6 dias, em lastro.

As 3 horas da noite o vapor D. Luiz desembarcou e recebeu passageiros e encomendas, seguindo depois seu destino.

Não saiu embarcação alguma.

Mar chão.—Vento NO. regular.

Do dia 22

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Hiates portuguezes, S. João Baptista, e Luz do Dia, ambos para o Porto, com sal; Bom Fim, para Lisboa, com vinho.

Vento NO.

Do dia 23

Entradas—Cahique portuguez Senhora do Livramento, da Ericeira, com louça.—Patachos portuguezes, Josephina, do Porto, em lastro; Mahilde, de Lisboa, com sal.

Saídas—Hiate portuguez Eclipse, para Espozende, com sal.—Bateira portugueza Flor dos Santos, para Lisboa, com carvão.

Vento NO.

Do dia 24

Entradas—Hiate portuguez Nova União, de Lisboa, com cereas e passageiros.

Saíu o hiate portuguez Estrella do Sado, para Villa Real de Santo Antonio, com trigo e encomendas.

Bom tempo.—Vento ONO.

Do dia 25

Entrou o falucho hespanhol Virgem do Carmo, da ilha Christina.

Saíu o falucho hespanhol Virgem da Soledade, com pescaria.

Vento SO.

Do dia 26

Saíu a sumaca hespanhola Harmonia, para Villa Garcia.

Mar bom.—Vento N.

Do dia 27

Entrou o hiate portuguez Recreio de Tavira, de Lisboa em 2 dias, com varios generos.

Ancoraram, brigue francez Prosper Alphonse, de Toulon em 23 dias, arribado para refazer-se de mantimentos e agua; e escuna franceza Albert Celina, de Veneza em 69 dias, para o mesmo fim.

Não saiu embarcação alguma.

Mar bom.—Vento N. fresco.

Do dia 28

Ancorou o vapor portuguez D. Luiz, vindo de Lisboa, desembarcou 3 passageiros, e recebeu 5; seu seu destino.

Não saiu embarcação alguma.

Mar bom.—Vento variavel.

Do dia 29

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar bom.—Vento N.

Do dia 30

Entradas—Hiate do estado Vallado, mestre Francisco de Paula, para a Vieira, em lastro; 11 pessoas de tripulação; hiate portuguez E. Protegido, mestre Prudencio Franco Gaspar, para a Nazareth, em lastro; 9 pessoas de tripulação.

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Hiate do estado Vallado, mestre Francisco de Paula, para a Vieira, em lastro; 11 pessoas de tripulação; hiate portuguez E. Protegido, mestre Prudencio Franco Gaspar, para a Nazareth, em lastro; 9 pessoas de tripulação.

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Hiate do estado Vallado, mestre Francisco de Paula, para a Vieira, em lastro; 11 pessoas de tripulação; hiate portuguez E. Protegido, mestre Prudencio Franco Gaspar, para a Nazareth, em lastro; 9 pessoas de tripulação.

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Hiate do estado Vallado, mestre Francisco de Paula, para a Vieira, em lastro; 11 pessoas de tripulação; hiate portuguez E. Protegido, mestre Prudencio Franco Gaspar, para a Nazareth, em lastro; 9 pessoas de tripulação.

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Hiate do estado Vallado, mestre Francisco de Paula, para a Vieira, em lastro; 11 pessoas de tripulação; hiate portuguez E. Protegido, mestre Prudencio Franco Gaspar, para a Nazareth, em lastro; 9 pessoas de tripulação.

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Hiate do estado Vallado, mestre Francisco de Paula, para a Vieira, em lastro; 11 pessoas de tripulação; hiate portuguez E. Protegido, mestre Prudencio Franco Gaspar, para a Nazareth, em lastro; 9 pessoas de tripulação.

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Hiate do estado Vallado, mestre Francisco de Paula, para a Vieira, em lastro; 11 pessoas de tripulação; hiate portuguez E. Protegido, mestre Prudencio Franco Gaspar, para a Nazareth, em lastro; 9 pessoas de tripulação.

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Hiate do estado Vallado, mestre Francisco de Paula, para a Vieira, em lastro; 11 pessoas de tripulação; hiate portuguez E. Protegido, mestre Prudencio Franco Gaspar, para a Nazareth, em lastro; 9 pessoas de tripulação.

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Hiate do estado Vallado, mestre Francisco de Paula, para a Vieira, em lastro; 11 pessoas de tripulação; hiate portuguez E. Protegido, mestre Prudencio Franco Gaspar, para a Nazareth, em lastro; 9 pessoas de tripulação.

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Hiate do estado Vallado, mestre Francisco de Paula, para a Vieira, em lastro; 11 pessoas de tripulação; hiate portuguez E. Protegido, mestre Prudencio Franco Gaspar, para a Nazareth, em lastro; 9 pessoas de tripulação.

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Hiate do estado Vallado, mestre Francisco de Paula, para a Vieira, em lastro; 11 pessoas de tripulação; hiate portuguez E. Protegido, mestre Prudencio Franco Gaspar, para a Nazareth, em lastro; 9 pessoas de tripulação.

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Hiate do estado Vallado, mestre Francisco de Paula, para a Vieira, em lastro; 11 pessoas de tripulação; hiate portuguez E. Protegido, mestre Prudencio Franco Gaspar, para a Nazareth, em lastro; 9 pessoas de tripulação.

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Hiate do estado Vallado, mestre Francisco de Paula, para a Vieira, em lastro; 11 pessoas de tripulação; hiate portuguez E. Protegido, mestre Prudencio Franco Gaspar, para a Nazareth, em lastro; 9 pessoas de tripulação.

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Hiate do estado Vallado, mestre Francisco de Paula, para a Vieira, em lastro; 11 pessoas de tripulação; hiate portuguez E. Protegido, mestre Prudencio Franco Gaspar, para a Nazareth, em lastro; 9 pessoas de tripulação.

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Hiate do estado Vallado, mestre Francisco de Paula, para a Vieira, em lastro; 11 pessoas de tripulação; hiate portuguez E. Protegido, mestre Prudencio Franco Gaspar, para a Nazareth, em lastro; 9 pessoas de tripulação.

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Hiate do estado Vallado, mestre Francisco de Paula, para a Vieira, em lastro; 11 pessoas de tripulação; hiate portuguez E. Protegido, mestre Prudencio Franco Gaspar, para a Nazareth, em lastro; 9 pessoas de tripulação.

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Hiate do estado Vallado, mestre Francisco de Paula, para a Vieira, em lastro; 11 pessoas de tripulação; hiate portuguez E. Protegido, mestre Prudencio Franco Gaspar, para a Nazareth, em lastro; 9 pessoas de tripulação.

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Hiate do estado Vallado, mestre Francisco de Paula, para a Vieira, em lastro; 11 pessoas de tripulação; hiate portuguez E. Protegido, mestre Prudencio Franco Gaspar, para a Nazareth, em lastro; 9 pessoas de tripulação.

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Hiate do estado Vallado, mestre Francisco de Paula, para a Vieira, em lastro; 11 pessoas de tripulação; hiate portuguez E. Protegido, mestre Prudencio Franco Gaspar, para a Nazareth, em lastro; 9 pessoas de tripulação.

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Hiate do estado Vallado, mestre Francisco de Paula, para a Vieira, em lastro; 11 pessoas de tripulação; hiate portuguez E. Protegido, mestre Prudencio Franco Gaspar, para a Nazareth, em lastro; 9 pessoas de tripulação.

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Hiate do estado Vallado, mestre Francisco de Paula, para a Vieira, em lastro; 11 pessoas de tripulação; hiate portuguez E. Protegido, mestre Prudencio Franco Gaspar, para a Nazareth, em lastro; 9 pessoas de tripulação.

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Hiate do estado Vallado, mestre Francisco de Paula, para a Vieira, em lastro; 11 pessoas de tripulação; hiate portuguez E. Protegido, mestre Prudencio Franco Gaspar, para a Nazareth, em lastro; 9 pessoas de tripulação.

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Hiate do estado Vallado, mestre Francisco de Paula, para a Vieira, em lastro; 11 pessoas de tripulação; hiate portuguez E. Protegido, mestre Prudencio Franco Gaspar, para a Nazareth, em lastro; 9 pessoas de tripulação.

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Hiate do estado Vallado, mestre Francisco de Paula, para a Vieira, em lastro; 11 pessoas de tripulação; hiate portuguez E. Protegido, mestre Prudencio Franco Gaspar, para a Nazareth, em lastro; 9 pessoas de tripulação.

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Hiate do estado Vallado, mestre Francisco de Paula, para a Vieira, em lastro; 11 pessoas de tripulação; hiate portuguez E. Protegido, mestre Prudencio Franco Gaspar, para a Nazareth, em lastro; 9 pessoas de tripulação.

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Hiate do estado Vallado, mestre Francisco de Paula, para a Vieira, em lastro; 11 pessoas de tripulação; hiate portuguez E. Protegido, mestre Prudencio Franco Gaspar, para a Nazareth, em lastro; 9 pessoas de tripulação.

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Hiate do estado Vallado, mestre Francisco de Paula, para a Vieira, em lastro; 11 pessoas de tripulação; hiate